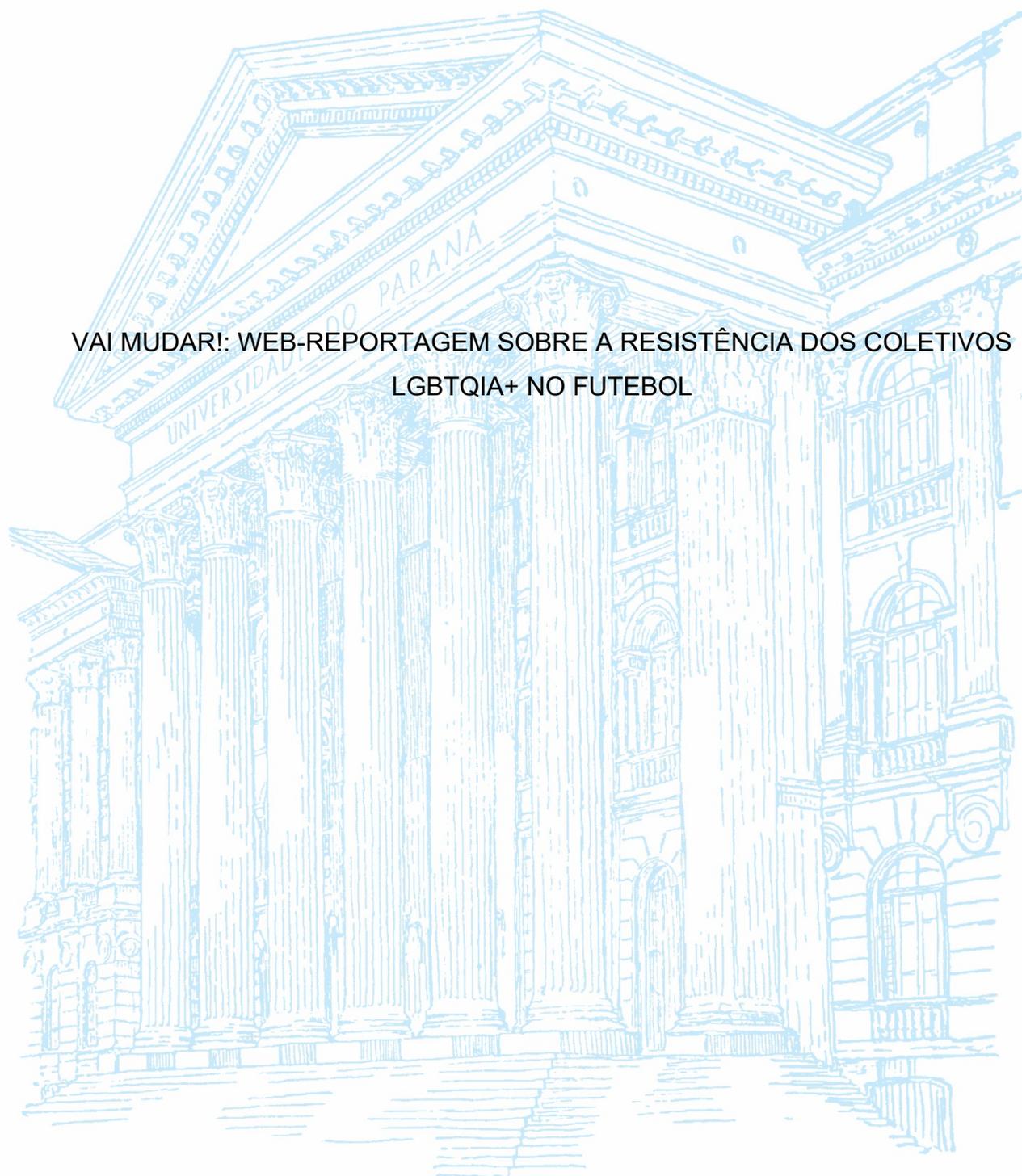


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA LOPES SOARES

VAI MUDAR!: WEB-REPORTAGEM SOBRE A RESISTÊNCIA DOS COLETIVOS
LGBTQIA+ NO FUTEBOL



CURITIBA

2021

LUANA LOPES SOARES

VAI MUDAR!: WEB-REPORTAGEM SOBRE A RESISTÊNCIA DOS COLETIVOS
LGBTQIA+ NO FUTEBOL

Projeto de produto e documento monográfico apresentado ao curso de Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Valquíria John

CURITIBA

2021

AGRADECIMENTOS

Produzir este trabalho de conclusão de curso não foi fácil. Por causa da pandemia, enfrentei dificuldades pessoais, perdas e problemas com a saúde mental. Mas apesar de tudo isso, ele ficou pronto. E isso não seria possível sem o apoio de tanta gente.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Otoniel e Matilde, por sempre terem lutado para proporcionar a mim e ao meu irmão o melhor que eles podiam. Com muito orgulho eu sou a primeira pessoa da minha família a me formar na UFPR, e sem eles nada disso teria sido possível. Em especial, agradeço muito a minha mãe por ter me alfabetizado antes de eu entrar na escola, por ter sido tão presente na minha educação e sempre ter me apoiado em todas as minhas escolhas.

Agradeço ao meu namorado, Paulo por estar ao meu lado desde o início da elaboração desse TCC. Obrigada por toda a compreensão, me ajudar nos processos, no título da reportagem e, principalmente, por todo o suporte emocional que você me deu. As coisas seriam muito mais difíceis se você não estivesse comigo.

Agradeço a professora Valquíria, minha querida orientadora, que não só me ajudou na produção do TCC como foi extremamente compreensiva e solícita quando eu precisei.

Agradeço a minha família que sempre me apoiou e torceu por mim nesse processo. Em especial, agradeço à senhora, Vó Joana, por estar me abençoando aí de cima.

Agradeço a todos os meus amigos da faculdade que não só me deram apoio no TCC, mas também ajudaram a tornar a faculdade uma experiência incrível. Obrigada João, Milena, Carol Calixto, Giovanna, Carol Franco, Kathleen e Mainara, por sempre estarem juntos para se divertir e chorar as mazelas da vida acadêmica. Agradeço também a todos os colegas de turma e de faculdade que fizeram parte do meu dia a dia e me ajudaram quando podiam.

Agradeço também os meus amigos de Ensino Médio pela nossa amizade e apoio infinito. Obrigada Gabi, Emily, Luísa, Andressa, Ju, Gabriel, Fernanda, Saulo, Jean e Lucas: do Ensino Médio para a vida sim, e sem meme!

Agradeço a meus colegas da Rede Massa que me deram todo o suporte para a realização desse TCC. Agradeço também todos os profissionais jornalistas que passaram pelo meu caminho.

Meu “muito obrigada” a todos os professores que passaram pela minha vida, seja na Escola Municipal Durival Britto, no Colégio Estadual do Paraná, no IFPR ou na UFPR. Não tenho palavras para descrever o tamanho da importância que vocês têm na minha vida, e como vocês contribuíram para meu aprendizado profissional e pessoal.

Por fim, agradeço imensamente a Universidade Federal do Paraná. Estar na UFPR é um sonho de criança, e eu tenho muito orgulho por tê-lo realizado. Na universidade eu pude aprender, me desenvolver, me divertir, chorar, amar, participar de projetos de extensão, iniciação científica, centro acadêmico... tudo. Sou filha da educação pública e sempre a defenderei. Meu último “obrigada” é para todos que

também lutam pela educação de qualidade, e direta ou indiretamente permitiram que eu estivesse aqui.

RESUMO

A homofobia está presente estruturalmente no futebol. Nascido como um esporte masculino, o futebol por muitos anos oprimiu mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos estádios, e os xingamentos homofóbicos foram naturalizados nesse ambiente. Mas na última década, diferentes agentes começaram a falar mais sobre o assunto, antes considerado tabu. Na sociedade como um todo, a pauta LGBTQIA+ ficou mais presente, marcas começaram a se posicionar e a LGTBfobia, antes normalizada, passou a ser vista como um problema. É nesse contexto que surgem as torcidas LGBTQIA+ no futebol. Essas torcidas, que também são coletivos, vem com um propósito de representar uma parcela dos torcedores que por muito tempo não foram bem-vindos. Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma web-reportagem longform que busca trazer a atuação desses coletivos no futebol. A reportagem fala não somente dos torcedores LGBTQIA+ e dos seus grupos, mas também apresenta pautas sobre a homofobia no futebol em geral, o comportamento dos clubes e jogadores e o que as instituições estão fazendo para diminuir o preconceito nos estádios.

Palavras-chave: Futebol. Homofobia. Coletivos. LGBTQIA+. Jornalismo longform.

ABSTRACT

Homophobia is structurally present in soccer. Born as a male sport, football for many years oppressed women and LGBTQIA+ people in stadiums, and homophobic name-calling was naturalized in this environment. But in the last decade, different agents have started to talk more about the subject, which was previously considered taboo. In society, the LGBTQIA+ agenda became more present, brands began to take a stand and LGBTphobia, which was normalized before, started to be seen as a problem. It is in this context that LGBTQIA+ supporters in soccer emerge. These supporters, who are also collectives, come with the purpose of representing a portion of the fans who for a long time were not welcome. This Course Conclusion Work is a longform report that seeks to bring the performance of these collectives in soccer. The article talks not only about LGBTQIA+ fans and their groups, but also presents guidelines on homophobia in football in general, the behavior of clubs and players and what institutions are doing to reduce prejudice in stadiums.

Key-words: Soccer. Homophobia. Collectives. LGBTQIA+. Longform journalism.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 FUTEBOL NO BRASIL..... | 11 |
| 2.1 A POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL..... | 11 |
| 2.2 FUTEBOL E GÊNERO..... | 13 |
| 2.3 FUTEBOL E HOMOFOBIA..... | 17 |
| 3 MASCULINIDADES NO FUTEBOL..... | 19 |
| 3.1 CONCEITO DE MASCULINIDADE..... | 19 |
| 3.1 CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES NO FUTEBOL..... | 20 |
| 4 LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL..... | 23 |
| 4.5 MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO FUTEBOL..... | 29 |
| 5 PROCEDIMENTOS..... | 34 |
| 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA..... | 34 |
| 5.2 DESCRIÇÃO DA LONGFORM REALIZADA..... | 37 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 42 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |

1 INTRODUÇÃO

O futebol é o esporte mais popular do Brasil. Em dia de jogo, o amor pelo clube do coração mobiliza milhares de torcedores, seja para acompanhar os jogos pelo rádio e na televisão ou, é claro, nos estádios. Porém, até os dias de hoje, as arquibancadas ainda não são ambientes seguros ou confortáveis para parte da torcida: a que se identifica como parte do grupo LGBTQIA+.

No dia 8 de março de 2018, o jornalista e palmeirense William de Lucca foi ofendido nas redes sociais após uma reclamação em sua conta do Twitter sobre os cantos homofóbicos da torcida do Palmeiras contra a torcida do São Paulo. William, que é homossexual, escreveu: “A torcida do Palmeiras, em sua homofobia típica, canta que 'todo viado nessa terra é tricolor'. Parece que encontrei uma exceção à regra: eu mesmo, viado e palmeirense, e que cola no estádio em TODOS os jogos.”¹

Apesar de muitas mensagens de apoio, William também recebeu diversas ofensas e até ameaças de outros torcedores - inclusive de outros palmeirenses. Os comentários, em sua maioria, defendiam que os cânticos eram apenas brincadeira e parte do mundo do futebol.

Xingamentos e cantos homofóbicos estão presentes nas arquibancadas dos estádios brasileiros, especialmente quando falamos de futebol masculino. Porém, na maioria das vezes, essas manifestações de torcidas não são entendidas como discriminatórias e violentas. Pelo contrário, são naturalizadas e consideradas “coisas do futebol”.

Essa naturalização torna o futebol, muitas vezes, um ambiente hostil para torcedores LGBTQIA+. Embora na história do esporte tenhamos exemplos como a famosa *Coligay*, torcida organizada do Grêmio, fundada em 1977, e formada por torcedores homossexuais, por muito tempo, não houve nas arquibancadas outras manifestações de torcidas LGBTQIA+. Da mesma forma, o debate sobre a homofobia no esporte foi pouco ou nulo na mídia e, principalmente, entre os clubes.

Porém, após 2018, quando ocorreu o episódio com William de Lucca, o tema passou a ser mais discutido no futebol brasileiro e na imprensa esportiva. Conforme

¹ <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2018/03/09/torcedor-gay-do-palmeiras-pede-fim-de-gritos-homofobicos-contra-o-sao-paulo.htm>

um levantamento do coletivo *O Contra-Ataque*², entre 2019 e 2020, surgiram nas redes sociais 18 torcidas LGBTQIA+ de clubes de todo o Brasil. A presença desses torcedores também passou a ser mais falada na mídia, e alguns clubes passaram a se posicionar em datas importantes da comunidade LGBTQIA+, como o 17 de maio (Dia Internacional contra a LGBTfobia) e o 28 de junho (Dia do Orgulho LGBT)³. Outros clubes, como o Bahia e o Sport, fizeram até mesmo ações internas e externas em prol da comunidade e contra a LGBTfobia. Os fatos recentes, porém, não significam que não existe mais homofobia no futebol. As torcidas LGBTQIA+ no futebol masculino surgem como resistência em um ambiente ainda muito preconceituoso.

Este Trabalho de Conclusão de Curso se apresenta como base para a produção de uma web reportagem em formato *longform* sobre a cultura homofóbica do futebol. Este produto se propõe a não apenas discutir sobre os aspectos que tornam o futebol um ambiente homofóbico, mas também buscar sensibilizar a sociedade sobre o tema, trazendo depoimentos de torcedores LGBTQIA+ que vivem o ambiente do futebol, mas se sentem hostilizados e oprimidos.

É importante destacar e justificar que a web-reportagem terá dois recortes como enfoque. O primeiro é que discute o preconceito no ambiente do futebol masculino, já que é a modalidade mais vivida culturalmente não só no Brasil, mas no mundo. O segundo é que é focado na homofobia, e não na LGBTfobia em geral, porque se entende que, dentro dos estádios, as maiores manifestações de preconceito são direcionadas, majoritariamente, a homens homossexuais. A web-reportagem, porém, vai abordar em menor escala aspectos da LGBTfobia no futebol feminino e contra outros grupos, como mulheres lésbicas e transexuais.

É papel do jornalismo dar visibilidade a temas que não ganham tanto destaque, mas que são questões coletivas, bem como dar voz às minorias. A homofobia ainda é um problema estrutural da sociedade, e se reflete em ambientes como o futebol. Conforme o *Observatório das Mortes Violentas De LGBTI+ no Brasil*⁴, relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia e o grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, de Florianópolis, 237 LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta em 2020 por conta da LGBTfobia.

2 <https://medium.com/o-contra-ataque/quantas-torcidas-lgbtqia-existem-no-futebol-brasileiro-c06adaac0f59>

3 Em 2021, dos clubes da série A apenas Athletico Paranaense e Ceará não se posicionaram.

4 <https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2020>

Além disso, embora tenha havido uma melhora nos últimos anos, a chamada grande mídia esportiva ainda cede pouco espaço para debater sobre essa questão, e muitos clubes ainda não têm ações ou sequer se posicionam sobre a causa. Desta forma, justifica-se o papel social da web reportagem produzida.

A escolha pelo formato de web reportagem em formato *longform* se dá por alguns fatores. O primeiro é que o jornalismo online é um dos meios mais acessíveis para a população. Conforme o último relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), em 2019 78,3% dos brasileiros utilizavam a internet⁵.

O segundo motivo é que uma grande reportagem desenvolvida em formato *longform* permite um aprofundamento do tema e a possibilidade de explorar recursos multimídia que enriqueçam a narrativa. A narrativa multimídia na web reportagem pode auxiliar na exploração de várias abordagens do tema homofobia no futebol e na compreensão do leitor. Além disso, o estilo *longform* é visto como uma inovação no jornalismo digital (BACCIN, 2017), o que contribui para um aprendizado pessoal.

O terceiro e último motivo é por uma crença particular de que não há melhor ferramenta de inclusão social se não o esporte, e por um desejo de tornar o futebol um espaço para todos e todas, não importando gênero, orientação sexual, raça, religião ou condição financeira.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso é, portanto, promover a reflexão e o debate sobre a homofobia presente nos estádios de futebol a partir de uma reportagem *longform*.

Os objetivos específicos, pelos quais o objetivo geral será atingido, são:

- Fornecer subsídios para a compreensão histórico-cultural da homofobia no futebol, bem como discutir os aspectos sociais que envolvem a questão;
- Apurar os casos mais famosos de homofobia no futebol, e também os casos de resistência dos torcedores LGBTQIA+;
- Apresentar as questões jurídicas que envolvem os casos de homofobia no esporte;
- Possibilitar a reflexão em dirigentes de futebol sobre o compromisso com a mudança

5 <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>

- Visibilizar torcedores e torcidas LGBTQIA+ que vivenciam o ambiente do futebol.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem quatro capítulos. O capítulo *Futebol no Brasil* está dividido em três subcapítulos: o primeiro, *A popularização do futebol no Brasil*, traz de forma resumida a história de como o esporte chegou no país, se popularizou e se profissionalizou; o segundo, *Futebol e Gênero*, mostra uma contextualização histórica de como questões de gênero estão inseridas no ambiente do futebol desde a sua origem; e o terceiro, *Futebol e Homofobia*, trata sobre o conceito de homofobia e como ela está inserida no esporte.

O segundo capítulo, *Masculinidades*, apresenta o conceito de masculinidades e como elas são construídas e reproduzidas no futebol.

No terceiro capítulo, *Linha do tempo do movimento LGBTQIA+*, são apresentados, em ordem cronológica, fatos históricos e conquistas do movimento desde o final da década de 1960. Também há um subcapítulo que trata especificamente de como começou o movimento no futebol.

Por fim, o capítulo *Procedimentos* traz os aspectos da modalidade escolhida, a web-reportagem longform, e mostra como a reportagem foi desenvolvida.

2 FUTEBOL NO BRASIL

2.1 A POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL

O futebol é o esporte mais popular do Brasil. Não apenas por ser o mais praticado, ou o mais televisionado, mas por ser uma expressão cultural muito forte da sociedade brasileira. E o futebol move paixões: entre as décadas de 1950 e 1970, quando o país conquistou três Copas do Mundo, o dramaturgo Nelson Rodrigues popularizou a ideia de que a seleção brasileira era a “pátria em chuteiras”, uma expressão usada pelo jornalismo esportivo até hoje: “Se uma equipe entra em campo com o nome do Brasil e tendo por fundo musical o hino pátrio — é como se fosse a pátria em calções e chuteiras, a dar botinadas e a receber botinadas” (RODRIGUES, 1993, p. 115).

É considerado oficialmente que o futebol chegou ao Brasil em 1894. Nesse ano, o paulista Charles Miller, que estava em um período de estudos na Inglaterra, onde havia descoberto o esporte, voltou a sua terra natal trazendo duas bolas de futebol (BELLOS, 2014, p. 37). Embora existam registros de que o futebol já era praticado e solo brasileiro, de forma amadora e precária, Miller é considerado o pioneiro pois além de trazer o equipamento, trouxe ao Brasil “o perfil competitivo do futebol, com suas regras, limitações e artimanhas” (GUTERMAN, 2009, p.17).

Diz a lenda que o primeiro “confronto oficial” entre dois times ocorreu num pedaço de terra onde pastavam as mulas que puxavam os bondes de São Paulo. Os participantes eram empregados emigrados das ferrovias e companhias de gás. “O sentimento geral era de ‘um esportezinho interessante, um joguinho agradável’”, recordaria Charles cinquenta anos depois. Logo suas peladas começaram a despertar interesse (BELLOS, 2014, p. 37).

Enquanto Miller difundia o futebol em São Paulo, Oscar Alfredo Cox, também anglo-brasileiro, mas carioca, introduzia o futebol no Rio de Janeiro. Cox, que fazia parte da elite brasileira, estudou na Suíça e lá conheceu o esporte (GUTERMAN, 2009, p.14). Em 1902, ele ajudou a fundar o Fluminense e foi seu primeiro presidente. Bellos (2014) afirma que essa origem europeia levou o futebol a ser, nos primeiros anos, um esporte da elite branca e urbana. Segundo o autor, o Fluminense foi um

exemplo de como o futebol foi primeiramente parte dos eventos sociais das classes mais altas.

Os times eram formados por jovens estudantes e profissionais liberais das melhores famílias da cidade. O Fluminense era um palco para exibir cosmopolitismo e refinamento. Nas arquibancadas, as mulheres vestiam a última moda e os homens, impecavelmente arrumados em ternos e gravatas, amarravam fitas das cores da equipe nos chapéus. Comemoravam à inglesa, incentivando os jogadores com “hip-hip-hurrahs” (BELLOS, 2014, p. 39-40).

Apesar de ser um esporte das elites, o futebol praticado pelos primeiros clubes que se formaram na primeira década do século XX era amador. Já havia vários times que disputavam campeonatos, mas que jogavam em campos improvisados, sem muitas regras e até sem remuneração. Guterman atribui isso à uma “romantização” do esporte, em que

os pioneiros viam no amadorismo o maior charme do jogo, uma maneira de acentuar o cavalheirismo e a noção de “fair play” dos atletas, distinguindo-os daquilo que eles viam como costumes rasteiros da massa de imigrantes iletrados e de ex-escravos – e dos próprios operários e desocupados ingleses que haviam criado o futebol (GUTERMAN, 2009, p. 18-19).

A profissionalização do futebol veio justamente quando ele se abriu para negros e operários. Mesmo com os jogadores sendo das classes mais abastadas da sociedade brasileira, o esporte despertava a curiosidade de todos que assistiam, e não era preciso uma bola e um campo demarcado para improvisar. Assim, na década de 1910, o futebol já era o esporte mais popular do Brasil, como afirma Bellos (2014, p. 41): “O futebol estava adquirindo reputações opostas. Era tanto o passatempo privado dos ricos quanto a brincadeira preferida dos marginais”.

O time dito como o primeiro que escalou operários e negros foi o Bangu Athletic Club, fundado em 1904 pelos diretores ingleses de uma fábrica de tecidos. O clube também foi o primeiro a ter traços de profissionalismo: os jogadores, empregados da fábrica, ganhavam certas compensações, como promoções, jornadas de trabalho mais leves e outros privilégios (GUTERMAN, 2009, p. 59-60).

Mas o Bangu ainda era uma exceção: em outros clubes, houve vários casos de jogadores negros ou de descendência negra que tentavam “disfarçar” sua cor, porque os dirigentes dos clubes ainda tentavam manter o esporte branco e elitista.

Artur Friedenreich, filho de um imigrante alemão com uma negra brasileira, tinha a pele branca apesar do cabelo enrolado. Antes dos jogos ele procurava alisá-lo ao máximo, cobrindo-o com brilhantina e enrolando uma toalha em volta como um turbante. Era sempre o último a entrar em campo. Ainda mais caprichado era Carlos Alberto, filho de um fotógrafo e o primeiro mulato a jogar pelo Fluminense, que clareava a pele com pó de arroz. À medida que a maquiagem ia se desfazendo, os torcedores adversários começavam a gritar “Pó de Arroz”, que se tornou, e ainda é, o apelido do clube (BELLOS, 2014, p. 42).

Foi o Vasco da Gama que deu o maior passo para a inclusão das classes mais baixas e dos negros do futebol, bem como para a profissionalização do esporte. Fundado por portugueses como um clube de regatas em 1898, em 1915 fundiu-se com o clube de futebol Lusitânia (GUTERMAN, 2009, p. 62). Enquanto os outros clubes da elite escolhiam jogadores brancos e mais abastados, o Vasco escolhia quem jogasse melhor - não importando cor ou classe social (BELLOS, 2014, p.43).

Em 1923, o Vasco da Gama disputou a primeira divisão do Campeonato Carioca contra clubes que só contavam com jogadores brancos: América, Fluminense, Botafogo e Flamengo. E, com um time que ficou conhecido por “camisas negras”⁶, fez uma ótima campanha e conquistou o título da competição. O time do Vasco era “formado por três negros, um mulato e sete brancos das classes trabalhadoras (BELLOS, 2014, p.43).

Conforme Guterman (2009) e Bellos (2014), o grande feito do Vasco não agradou os dirigentes dos outros clubes cariocas, que tentaram maneiras de não deixar os jogadores negros e operários disputarem a liga, como por exemplo exigindo que os jogadores fossem todos alfabetizados. Porém, o Vasco resistiu, e foi essencial para o começo do profissionalismo no futebol, que viria a seguir:

Quando, no início dos anos 1930, os clubes da Europa começaram a contratar latino-americanos, o profissionalismo tornou-se uma necessidade para manter no país os melhores jogadores. Em 1933, Rio e São Paulo fundaram ligas profissionais. As barreiras de classe e raça ruíram. No primeiro ano, o clube carioca Bonsucesso escalou um time de onze negros. O futebol, antes um privilégio da elite, finalmente tinha sido eclipsado pelas massas (BELLOS, 2014, p. 44).

2.2 FUTEBOL E GÊNERO

6 <https://vasco.com.br/conteudo/1923-os-camisas-negras/>

Miriam Pillar Grossi (1998) define os papéis de gênero como “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura” (p. 6). Na sociedade como um todo, existem estereótipos atribuídos a o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. No futebol, estes papéis também são vistos: por muito tempo houve uma ideia de que “futebol não é para mulher”, e o futebol feminino encontra barreiras ainda nos dias de hoje, mesmo com o aumento da visibilidade e da profissionalização da modalidade nos últimos anos.

No Brasil, esta exclusão da mulher pode ser analisada a partir da história desse esporte no país. Como visto no subcapítulo anterior, o futebol foi inicialmente praticado apenas por homens brancos e de elite, até que com o passar dos anos se abriu a negros e operários - resultando na profissionalização e na popularização. As mulheres, porém, não puderam fazer parte.

Goellner (2005) afirma que, na década de 1920, com a crescente modernidade e expectativa de crescimento econômico nas cidades brasileiras, “a educação do corpo é reconhecida como essencial ao desenvolvimento e fortalecimento da nação” (p. 86). Isso resultou em uma mudança no estilo de vida urbana da população:

Proliferam, nos centros urbanos, os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as regatas, as travessias, as demonstrações atléticas, os clubes de ginástica, os certames esportivos, os parques de lazer, os campos de futebol, os estádios, ao mesmo tempo em que se multiplicaram os espectadores e os participantes (GOELLNER, 2005, p.87).

Mas nessa popularização das práticas esportivas, incluindo a do futebol, surgiu uma preocupação entre vários agentes da sociedade, incluindo o governo de Getúlio Vargas, de que as mulheres pudessem ter sua “natureza feminina”, ou seja, ser mãe, prejudicada. Portanto, o corpo feminino precisava ser preservado e as mulheres não tinham grande participação nesses espaços devido ao seu papel social.

À mulher caberia, entre outras obrigações, contribuir de forma decisiva com o fortalecimento da nação e o depuramento da raça gerando filhos saudáveis, algo que, pensava-se, só seria alcançado se a mulher preservasse sua própria saúde. Se esta condição não excluía a prática de esportes, é certo que nem todo esporte a ela se adequava. (FRANZINI, 2005, p. 321)

Não que as mulheres não praticassem de nenhuma forma o futebol - com o esporte ficando cada vez mais acessível às camadas mais pobres, Franzini (2005) registra que equipes de “senhoritas futebolistas” surgiam no Rio de Janeiro, ainda que de forma amadora, durante a década de 1930. Porém, ainda era grande o temor de que a mulher fizesse parte de um ambiente tão masculinizado.

Segundo Goellner (2005), a prática esportiva combinada com o desnudamento do corpo, o esforço físico e as fortes emoções geradas pelas atividades pareciam ir contrário ao que era considerado o ideal de “ser feminina”, além de parecer “desestabilizar o terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas” (p. 92).

Em 1941, então, as mulheres são proibidas por lei de praticar o futebol e alguns outros esportes. No artigo 54 do Decreto-Lei Federal do Brasil 3.199 de 1941, instituído durante o Estado Novo e que deu origem ao Conselho Nacional de Desportos, é decretado que “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Mesmo não estando especificado, o futebol se enquadrava na categoria de “desporto incompatível com a natureza feminina”. Esportes como tênis, voleibol, críquete, natação, e ciclismo continuaram sendo permitidos para as mulheres por serem “adequados” (FRANZINI, 2005).

Essa proibição causou um grande impacto na modalidade do futebol de mulheres, que seguiu sendo praticado na clandestinidade ou de forma amadora (FRANZINI, 2005). O veto seguiria por décadas, sendo reforçado novamente em 1965, início da Ditadura Militar, quando o Conselho Nacional de Desportos especificou as modalidades que as mulheres não poderiam praticar (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005): “prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball” (FRANZINI, 2005, p. 325).

As interdições impossibilitaram que os clubes brasileiros tivessem políticas de inclusão das mulheres. Esta condição só começou a mudar no final da década de 1970,

quando se estabelecem novas bases para a organização do esporte no país, fazendo com que, em 1979, fosse revogada a deliberação do

Conselho Nacional de Desportos que vedava a prática do futebol e do futebol de salão pelas mulheres (GOELLNER, 2005, p. 147).

Em 1983, o futebol de mulheres é regulamentado pela primeira vez. A partir de então, surgem clubes como a do Radar, no Rio de Janeiro, e começam a surgir os primeiros campeonatos⁷.

Porém, passados 80 anos da primeira lei que proibiu as mulheres de praticarem o esporte, a modalidade “futebol feminino” continua até os dias de hoje passando por dificuldades, preconceito e tendo uma visibilidade muito menor do que o futebol masculino, mesmo com o crescimento relevante na última década.

Dado o histórico apresentado, é possível afirmar que, por conta da proibição do futebol de mulheres e da ideia de que o futebol não era para corpos femininos, a ideia de que “futebol é coisa de homem” teve terreno fértil para ser propagada ao longo dos anos. Mesmo o futebol não tendo nenhum tipo de impeditivo para ser praticado por homens e mulheres, ele é culturalmente visto como “masculino e masculinizante” (DAMO, 2006).

A partir disso, é possível compreender como os papéis de gênero estão presentes no futebol, um dos elementos principais da cultura brasileira. Grossi (1998) afirma que o gênero

é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado (p.5).

Em relação ao ponto de encontro entre gênero e as práticas esportivas, é possível compreender como a ideia de que o futebol é visto como algo apenas para pessoas do sexo masculino está presente na sociedade desde a infância. Enquanto nas primeiras décadas do século XX, o senso comum dizia que os esportes poderiam prejudicar a “natureza feminina” das mulheres, o corpo masculino era visto como o ideal do esporte (GOELLNER, 2005), e esta ideia se perpetuou.

Louro (1997), citando Messner (1992) e Scraton (1992), reflete sobre a Educação Física nas escolas como um ambiente onde essas distinções de gênero estão bem definidas. Para os meninos a prática de esportes seria considerada “natural e instintiva”, e não praticar esportes era um possível “indicador de que algo estava errado”. Já com as meninas, muitos professores evitariam jogos com muito

⁷ <https://interativos.globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>

contato físico ou “agressivos”, pois “tais atividades ‘vão contra’ a feminilidade, ou melhor, se opõem a um determinado ideal feminino heterossexual, ligado à fragilidade, à passividade e à ‘graça’” (pp.74-75). Damo (2006) pontua que estas distinções também estão dentro da prática do futebol e da forma com que os meninos enxergam as meninas nas partidas:

De modo geral, as meninas tendem a excluírem-se do futebol na medida em que ele é culturalmente marcado como um jogo para meninos. Quando isso não acontece, elas são, então, excluídas. Os argumentos mais frequentes, invocados pelos meninos, são de que “elas não sabem jogar” e por isso “atrapalham o jogo”, “dão chutes para qualquer lado” e “caneladas” (p.1).

O modo como as mulheres foram historicamente excluídas do futebol possibilita entender como esse esporte é um ambiente masculino e visto como algo “de homens”. Esta exclusão, além de gerar ideias machistas de que mulheres não fazem parte desse ambiente, também culmina por vezes em homofobia, como veremos nos tópicos a seguir.

2.3 FUTEBOL E HOMOFOBIA

Daniel Borrillo, autor do livro “Homofobia: história e crítica de um preconceito”, define a homofobia como uma

[...] hostilidade geral, psicológica e social, com respeito àqueles e àquelas de quem se supõe que deseja a indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica do sexismo, a homofobia rechaça também a todos que não se conformam com o papel determinado pelo seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção da forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai delas consequências políticas (2010, p. 34)

Louro (1997) também entende que a homofobia pode se expressar em um medo, um “‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos/as’” (p. 28-29).

O futebol pode ser considerado um ambiente homofóbico em vários âmbitos. A homofobia está presente não apenas nos cânticos das torcidas contra os rivais, mas em todo o sistema: nas arquibancadas, nos gramados e nas instituições. Trazendo as afirmações feitas no último tópico, de que o futebol é um ambiente masculinizado, é possível compreender que qualquer manifestação que fuja do padrão heteronormativo do esporte é rechaçada.

Um dos exemplos é quando pensamos nos principais sujeitos do futebol: os atletas. Mesmo sendo o esporte mais praticado no mundo, quase não há jogadores homens assumidamente homossexuais ou bissexuais. É provável que o principal motivo para isso seja o medo de enfrentar os julgamentos e piadas de um ambiente já preconceituoso. O jornalista João Abel, autor do livro “Bicha! Homofobia estrutural no futebol”, apurou que, no mundo, não chega a 20 o número de casos relatados pela mídia de jogadores LGBTQIA+ que assumiram sua orientação sexual. E a maioria destes jogadores fizeram isso após a aposentadoria dos gramados.

Ainda não existem dados precisos sobre o número de LGBTs no Brasil, mas estima-se que eles representem, no mínimo, entre 5 e 10% da população do país — ou seja, algo em torno de 10 a 21 milhões de pessoas. No futebol, o Brasil tem atualmente 88 mil atletas profissionais, segundo estudo da Ernst & Young encomendado pela CBF. (...) será mera coincidência que praticamente 100% dos jogadores brasileiros sejam heterossexuais? (ABEL, 2020, p.60)

No futebol brasileiro, um caso de homofobia sempre lembrado é o do jogador Richarlyson. O volante, mesmo sendo um dos atletas mais vitoriosos da história do São Paulo, um dos maiores clubes do país, sempre teve sua sexualidade e vida íntima questionada. Após um dirigente esportivo dar a entender em um programa de TV que o jogador era gay, Richarlyson viu a homofobia ser um obstáculo na sua carreira - mesmo ele nunca tendo assumido que era gay e por diversas vezes tendo que reafirmar sua heterossexualidade.

Para além dos jogadores, torcedores LGBTQIA+ passam por medo de irem aos estádios e sofrerem violência. Dentro dos clubes, dirigentes por vezes dão declarações preconceituosas e não sofrem punições, como por exemplo o caso do conselheiro do Sport, Flávio Koury, que fez ofensas homofóbicas ao ex-bbb Gil do Vigor.⁸ No capítulo seguinte, em que será abordado como as masculinidades são construídas no ambiente do futebol, a manifestação da homofobia dentro dos estádios será mais discutida.

⁸ <https://ge.globo.com/pe/futebol/times/sport/noticia/gil-do-vigor-fala-sobre-nao-punicao-do-deliberativo-do-sport-em-caso-de-homofobia-machuca-ainda.ghtml>

3 MASCULINIDADES NO FUTEBOL

3.1 CONCEITO DE MASCULINIDADE

O ambiente do futebol é um espaço de reprodução de masculinidades. Segundo Bandeira (2020), existem hierarquias de gênero estabelecidas, que elencam manifestações de heterossexismo e heteronormatividade legítimas dentro daquele espaço.

Connell, referência nos estudos sobre as masculinidades, definiu o termo como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (1997, p. 188) e como “padrões socialmente construídos de práticas de gênero (2016, p. 94). Não existe apenas “uma” masculinidade: homens diferentes têm posições diferentes nessa dinâmica (CONNELL, 2016), e elas são diferentes em cada sociedade e em cada período histórico (GUMS, 2020).

Grossi (2004) elenca algumas características da masculinidade na cultura ocidental: na masculinidade predominante nesta sociedade, o gênero masculino é visto como ativo nas relações sexuais, positivamente agressivo e sem qualquer tipo de sensibilidade. Essa predominância coloca em detrimento outras masculinidades.

Assim, é possível falar de uma masculinidade hegemônica, que tem um caráter normativo: “É o modelo de masculinidade que mantém a autoridade de certos grupos de homens nas relações sociais” (GUMS, 2020, p.148). Segundo Connell e Messerschmidt (2013),

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (p. 245).

Connell (2005 apud GUMS 2020) elenca outras três masculinidades que não estão na esfera hegemônica: as masculinidades subordinadas, as masculinidades cúmplices e as masculinidades marginalizadas.

As masculinidades subordinadas seriam as que estão sob o masculino hegemônico em uma relação de poder. Gums (2020) toma como exemplo a relação entre homens heterossexuais e homossexuais: pelo senso comum, para um homem ser

um “homem de verdade” ele precisa gostar de mulheres; enquanto isso, homens homossexuais são vistos como “desviantes” e alvos de discriminação e violência.

Já as masculinidades cúmplices são aquelas que têm benefícios com os efeitos da dominação da masculinidade hegemônica. Como afirmado por Connell e Messerschmidt (2013), é provável que a maioria dos homens não seja o modelo ideal da masculinidade hegemônica. Porém, mesmo não oprimindo, eles se beneficiam dos efeitos do patriarcado causados pela hegemonia: “Estão em posição superior na relação de poder – recebem salários potencialmente maiores e têm algumas práticas legitimadas, mas não são a “linha de frente” de defesa do patriarcado, já que esta função cabe à masculinidade hegemônica” (GUMS, 2020, p. 139).

Por fim, a masculinidade marginalizada diz respeito a diferentes dinâmicas de gênero presentes em grupos minoritários. Segundo Connell, homens negros são exemplos: eles “podem ser considerados exemplos de masculinidades hegemônicas, mas não conferem autorização social ou legitimidade para toda a comunidade negra” (2005, apud GUMS, 2020, p.139).

3.1 CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES NO FUTEBOL

Os estádios de futebol são espaços de produção e reprodução de masculinidades. Sendo um espaço historicamente legitimado como masculino (BANDEIRA, 2017), os sujeitos homens nas arquibancadas estão inseridos em um sistema que valoriza uma “cultura masculina” (BANDEIRA, 2020).

Esta masculinidade representada acaba por ser muitas vezes machista e homofóbica, por trazer os valores de virilidade associados historicamente ao futebol. “Os sujeitos torcedores disputam virilidade, por vezes mediante sexismo, homofobia e competitividade” (GUMS, 2020, p. 111).

Para ofender o jogador ou o torcedor do time adversário, os torcedores usam termos como “bicha” ou “viado”. Nestas manifestações, são produzidas as masculinidades subalternas (BANDEIRA E SEFFNER, 2013), que inferiorizam uma masculinidade subordinada (homossexual) em relação à masculinidade hegemônica (heterossexual).

Parece que, dentro das representações heteronormativas da nossa masculinidade [...], as identidades homossexuais aparecem sempre desvalorizadas. É esta lógica heteronormativa, onipresente e recorrente, que impede – nos estádios, espaço de marcação da masculinidade – a positivação do termo. Nos estádios de futebol, os gritos homofóbicos aparecem para hierarquizar a nossa torcida em relação à torcida deles (BANDEIRA, 2010, p. 349)

Bandeira (2017), na sua tese “Do Olímpico à Arena: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de estádio”, passou a preferir o uso do termo “heterossexismo” ao invés de “homofobia” para definir as ofensas proferidas pelos torcedores, por conta do peso violento que o termo homofobia carrega e para pensar estas manifestações além do discurso de ódio contra homossexuais. Borrillo (2010) define o heterossexismo

como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (p.31).

Assim, esses gritos heterossexistas hierarquizam uma torcida em relação a outra – é melhor ser “macho” e “heterossexual” do que “bicha” e “viado”. A produção de masculinidades dentro do estádio de futebol é marcada por heterossexismo e “por manifestações constantes que desvalorizam outras masculinidades que fujam de representações heteronormativas” (BANDEIRA, 2017, p. 51).

Independente do termo utilizado, é fato que estes xingamentos carregam conotações homofóbicas. E, dentro do ambiente do estádio, isso é naturalizado e não é entendido como violento (BANDEIRA E SEFFNER, 2013). Um exemplo de cântico homofóbico é música mais conhecida da torcida do Athletico Paranaense contra a torcida do Coritiba, time rival. *“Atirei o pau nos coxa/ E mandei tomar no cu/ Coxarada filha da puta/ Chupa rola e dá o cu”*. A torcida do Athletico canta esta música de forma natural, pois “faz parte” do jogo e são permissíveis naquele contexto.

Segundo Bandeira (2017), o fato de o futebol ser historicamente associado a um ambiente masculino contribui para que atitudes machistas ou homofóbicas sejam legitimadas neste espaço. Além disso, muitas vezes estas atitudes dentro do estádio

são até mesmo “desejáveis”, “por serem vistas como um exercício saudável para expressão de modos de ser homem” (p. 183).

Mas não é tudo permissivo nos estádios. Bandeira (2017) discorre que, apesar do futebol ser influenciado pelo contexto da sociedade, possui regras específicas. O autor faz a distinção das manifestações racistas com as homofóbicas: apesar do racismo estrutural da sociedade, ofensas racistas não são mais permitidas. Porém, a relação “um tanto cristalizada entre masculinidade e a exigência de algumas manifestações violentas, permite diminuir, e muito, as possibilidades de se solicitar a homofobia como uma violência ou, mesmo, um problema nos estádios de futebol” (p.187).

4 LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL

Este capítulo é um resumo das principais conquistas do movimento LGBTQIA+ no Brasil. A partir da consulta de autores como Trevisan (2018) e Green (2000), além de outros materiais da mídia, são apresentados os principais fatos que aconteceram no movimento desde 1978. No subcapítulo “Movimentos LGBTQIA+ no futebol”, é destacada a atuação dos coletivos LGBTQIA+ que estão presentes entre as torcidas de futebol atualmente.

4.1 DÉCADA DE 1970

O movimento LGBT no Brasil iniciou-se há 40 anos, em um momento de abertura política nos anos finais da Ditadura Militar (GREEN, 2000). O “marco” aconteceu em 1978, quando foi publicada a primeira edição do jornal “*O Lampião da Esquina*” e quando começaram as primeiras reuniões do grupo que viria a se chamar “Somos”. Começava então o “MHB”, o “movimento homossexual brasileiro”.

O *Lampião*, que tinha sede no Rio de Janeiro, foi um jornal da imprensa alternativa. Além de se opor à ditadura e lutar pelo direito da liberdade de expressão, foi um jornal com temática LGBT que se tornou uma das principais frentes de resistência da comunidade.

Além da temática LGBT, o *Lampião* trazia outras pautas que antes não eram discutidas no cenário brasileiro, como discriminação racial, meio-ambiente, identidade e machismo. Era uma maneira de formar alianças com as outras minorias que lutavam pelas suas reivindicações (MACRAE, 2018). O jornal também fazia denúncias sobre a repressão policial que os LGBT da época sofriam. Outra característica do jornal era a utilização de palavras antes “proibidas”, como *viado* e *bicha*, e uma linguagem mais informal, o que era algo distante até mesmo dos movimentos de esquerda da época. “Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções” (TREVISAN, 2018, p. 325).

Em 1979, surgiria o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual. O Somos foi o primeiro grupo conhecido de defesa dos direitos LGBT+, formado por dezenas de integrantes, inclusive pessoas que participavam do *Lampião*. Os assuntos das reuniões do grupo, que inicialmente foi batizado de Núcleo de Ação pelos Direitos

dos Homossexuais, iam um pouco na contramão dos movimentos dos jovens de esquerda da época. Eles não focavam apenas nas questões coletivas e na transformação social, mas também se concentravam em falar sobre o cotidiano, problemas e projetos de cada um do grupo enquanto homens homossexuais, buscando uma identidade enquanto grupo social. (TREVISAN, 2018).

Segundo Green (2000), além da flexibilidade política no final da década de 1970, outros fatores possibilitaram este crescimento do movimento homossexual brasileiro. Um deles foi a expansão do espaço urbano para a população LGBTQ+, que se encontrava em bares, boates e saunas, que vinha de encontro ao aumento do consumo da classe média (p. 396). Porém, com isso cresceu o número de prisões em massa feitas pela polícia.

Outro fator citado por Green (2000) é a transformação cultural que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com artistas que, mesmo não necessariamente assumidos, eram vistos como homossexuais ou bissexuais. Essa transformação teve como principais figuras o grupo de teatro Dzi Croquettes e o cantor Ney Matogrosso, que “usavam o desvio de gênero e a androginia para desestabilizar as representações padronizadas do masculino e do feminino” (p. 409).

(...) o espaço social conquistado pelos “bichas” e “bonecas” na década de 1960, a difusão de ideias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes (GREEN, 2000, p. 396).

4.2 DÉCADA DE 1980

No início da década de 80, após um bom início impulsionado pelo Somos, os grupos LGBTQ+ perderam força por conta de crises nos movimentos sociais e pela eclosão da AIDS, que atingiu principalmente homens homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.⁹

Por causa desses fatores, tanto o Somos quanto o *Lampião* logo chegariam ao fim. Desde quando se organizou como grupo e ganhou uma grande quantidade de membros, o Somos tinha alguns conflitos internos entre os que defendiam a autonomia dos movimentos das minorias e os “militantes”, que defendiam uma transformação social que tinha como base “uma aliança com outras minorias,

⁹ <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>

movimento de trabalhadores e grupos de esquerda” (FACCHINI, 2003). Estes rachas levaram à criação de outros grupos, como o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), formado por mulheres lésbicas.

Já *O Lampião da Esquina* chegou a sua última edição em 1981. Por conta de divergências no conselho editorial, decidiu-se pelo fim do jornal, após 37 edições publicadas mensalmente, com distribuição em todo o território nacional (TREVISAN, 2018). Apesar da sua importante contribuição para o movimento LGBT brasileiro, o *Lampião* desde o início enfrentou boicotes e dificuldades de comercialização, com a polícia chegando a investigar o jornal por “imoralidade pública” (GREEN, 2000, p.434). Com isso, somado aos conflitos internos, as atividades do *Lampião da Esquina* foram encerradas.

Porém, apesar do declínio no número de grupos e fim do *Lampião*, o movimento ainda teve avanços muito importantes na década. Em 29 de fevereiro de 1980, era fundado o Grupo Gay da Bahia (GGB), que teve uma participação muito importante nas conquistas do movimento LGBT nos anos seguintes. O GGB foi registrado como sociedade civil em 1983. Em 2021, o grupo completou 41 anos, sendo a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil.¹⁰

Entre as conquistas vindas pela liderança do Grupo Gay da Bahia, estão as campanhas de prevenção da AIDS visando a população LGBT, os boletins lançados anualmente sobre a violência contra os LGBTQ+ e a luta pela despatologização da homossexualidade em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina deixa de considerar a homossexualidade um “desvio e transtorno sexual” (MOTT, 2018).

A década de 80 também teve um marco no movimento das mulheres lésbicas. em 1981, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista – GALF (1981-1989)¹¹, anteriormente Lésbico-Feminista – LF (1979-1981), se separou de vez do Somos. Ainda como LF, este grupo publicou em 1981 a primeira edição do boletim *Chanacomchana*, vendido no Ferro’s Bar.

O boletim *Chanacomchana* circulou entre 1981 e 1987 e, assim como o *Lampião*, fez parte da imprensa alternativa nos anos finais da Ditadura Militar do Brasil. A publicação, vendida no Ferro’s Bar, em São Paulo, debatia as questões do

10 <https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>

11 <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro>

ativismo lésbico e feminista e também servia como uma rede de apoio entre mulheres lésbicas.

O Ferro's bar era um local muito frequentado por mulheres lésbicas, porém o dono do bar não aprovava a comercialização do *Chanacomchana*. No ano de 1983, ocorreu um episódio em que um grupo de mulheres foi expulso do bar e o boletim foi proibido de ser distribuído. Então, no dia 19 de agosto daquele ano, as mulheres lésbicas, com o apoio de outras mulheres feministas e homens homossexuais, fizeram um grande protesto e ocuparam o Ferro's Bar, fazendo um manifesto contra a censura no local. O resultado foi que o dono do bar voltou atrás e liberou a comercialização do *Chanacomchana* (FERNANDES, 2018).

Esta resistência foi comparada com a Revolta de Stonewall, que ocorreu em 1969 em Nova York. Anos mais tarde, o dia 19 de agosto se tornou o Dia do Orgulho Lésbico no Brasil.¹²

4.3 DÉCADA DE 1990

Nos anos 90, o movimento LGBT no Brasil teve mais avanços. Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de Classificação Internacional de Doenças (CID), deixando de considerá-la como uma patologia. Por conta da data, no dia 17 de maio se comemora o Dia Internacional contra a LGBTfobia.

Em 1995, foi fundada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), uma das principais organizações de toda a América Latina. Assim como o Grupo Gay da Bahia, a ABGLT teve uma importante contribuição no combate à AIDS e promoveu uma série de ações de luta pelos direitos LGBT+ (FACCHINI, 2011). A organização foi fundada por 31 grupos que atuavam pelo movimento LGBT+, entre eles o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Dignidade, de Curitiba, e hoje conta com mais de 300 entidades espalhadas em todo o Brasil.¹³

Esta década também foi marcada pelas manifestações da população LGBT+ nas ruas. Em 1995, ocorreu em Copacabana a considerada primeira parada LGBT no

12 <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/trending/ferros-bar-como-surgiu-o-dia-do-orgulho-lesbico-no-brasil/>

13 <https://www.abgl.org/historia>

Brasil (MOTT, 2018). Após o fim da 17ª Conferência da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex), houve uma pequena marcha na praia de Copacabana, que reuniu cerca de 2.000 pessoas, segundo a organização.¹⁴

Já em 1997, aconteceu a primeira Parada em São Paulo. Sob o nome de “Parada do Orgulho GLT” (a sigla referia-se a gays, lésbicas e travestis), ela ocorreu na Avenida Paulista no dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBT).¹⁵ Números da Polícia Militar divulgaram que havia cerca de 2000 pessoas no evento.¹⁶

Em 1996, foi criada a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT-SP), que organizou o evento nos anos seguintes e continua até hoje. O ano de 2021 marca a 25ª edição do evento, que é considerado um dos maiores do mundo.

Outros avanços importantes na década: em 1997, as cirurgias de redesignação sexual no Brasil, que datam desde a década de 1970, mas eram realizadas de forma clandestina, passam a ser consideradas legais pelo Conselho Federal de Medicina (CMF)¹⁷; já em março de 1999, a resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia¹⁸ estabeleceu normas de condutas para os profissionais abordarem a orientação sexual, sendo proibido o tratamento como uma patologia e passível de “cura”.

4.4 DÉCADAS DE 2000 E 2010

A fundação da ABGLT impulsionou a criação de muitas outras redes e entidades LGBTQ+ no fim dos anos 90 e no início dos anos 2000 (FACCHINI, 2011). A luta destes novos grupos ocasionou em diversas políticas públicas lançadas pelo governo federal, como o “Brasil sem Homofobia” em 2004 e o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQs” em 2009. No mesmo ano, foi criada a Coordenação Nacional LGBTQ, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência (BULGARELLI, 2018).

Já na década de 2010, aconteceram novas conquistas. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em decisão unânime, a união estável entre

14 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/26/cotidiano/3.html>

15 <http://paradasp.org.br/>

16 <http://paradasp.org.br/quem-somos/>

17 <https://catracalivre.com.br/cidadania/cirurgia-de-redesignacao-sexual/>

18 https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

pessoas do mesmo sexo. A medida garantia os mesmos direitos dos casais heterossexuais aos casais homossexuais, como direito à adoção, herança e comunhão de bens.¹⁹

Porém, mesmo com a permissão da união civil, muitos casais homossexuais ainda encontravam barreiras e resistência no cartório. Então, no dia 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução n. 175/2013, que obriga os cartórios a realizarem, além da união civil, o casamento civil entre casais homossexuais e a conversão da união em casamento.²⁰ Sendo assim, os casais passaram a poder ter uma certidão de casamento e mudar seu estado civil.

Em 2016, o nome social foi garantido pela lei. No dia 28 de abril, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, assinou um decreto que assegura o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal.²¹

Já em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que transexuais e travestis possam mudar seu nome e gênero no registro civil sem precisar de decisão judicial, independente de terem ou não realizado a cirurgia de redesignação sexual.²²

Entre as conquistas mais recentes está a criminalização da homofobia e da transfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 13 de junho de 2019. A discriminação contra os LGBTQ+ foi enquadrada no crime de racismo, prevendo penas de até 5 anos de prisão, até o Congresso Nacional aprovar uma lei específica.²³

Em maio de 2020, o STF considerou inconstitucionais as normas do Ministério da Saúde e da Anvisa que proibiam a doação de sangue de homens que tivessem tido relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores à coleta.²⁴

4.5 MOVIMENTOS LGBTQIA+ NO FUTEBOL

19 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html>

20 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>

21 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

22 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia>

23 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>

24 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/09/supremo-tribunal-federal-derruba-restricoes-a-doacao-de-sangue-por-homens-gays.ghtml>

Até onde se sabe, a Coligay foi a primeira torcida organizada formada por LGBTs no futebol. Na casa do Grêmio, o estádio Olímpico em Porto Alegre, o grupo de torcedores foi pela primeira vez ao estádio em 1977, ainda durante a ditadura militar (ANJOS, 2018; ABEL, 2020), mas em um contexto de abertura política e emergência do movimento LGBT.

Naquele ano, o Grêmio estava em uma situação difícil: seu último título estadual havia sido em 1968 e seu maior rival, o Internacional, não só conquistara o Campeonato Gaúcho nos oito anos seguintes, como era o atual bicampeão brasileiro. Vendo os problemas do clube, o empresário Volmar Santos, gremista fanático e dono da boate gay Coliseu, teve a ideia de criar a Coligay: o Coli era de Coliseu, e gay por conta do seu público (ANJOS, 2018).

Segundo Anjos (2018), um dos motivos para a criação da Coligay foi que Volmar julgava que, por conta dos maus resultados, a torcida do Grêmio estava “morna” e “sem ânimo” (p.47). Assim, criou a torcida organizada para apoiar o time dentro do estádio. No seu auge, a Coligay chegou a ter mais de 200 membros, em sua maioria os homens gays que frequentavam o Coliseu.

E no dia 10 de abril de 1977, na vitória do Grêmio contra o Santa Cruz (time de menor expressão do Rio Grande do Sul), a Coligay estreou nas arquibancadas. Com cânticos e muita animação, a torcida chamava a atenção no estádio Olímpico.

Imagine ir ao estádio na década de 1970 para ver uma partida de futebol e se deparar com um grupo de jovens rapazes fardados com longos caftans (uma espécie de túnica) listradas em azul, preto e branco, exibindo faixas, sem qualquer inibição, de sua veia homossexual. Seis deles, o chamado ‘pelotão de frente’, traziam na roupa cada uma das letras da palavra ‘GRÊMIO’, escritas de forma garrafal. Empunhavam bandeiras. Faziam mais barulho do que qualquer setor do estádio. Estavam ali para apoiar o time à sua maneira, com uma alegria e agitação que chamaram atenção de todos os torcedores ‘convencionais’ que estavam na casa gremista naquele domingo. (ABEL, 2020, p. 100)

A torcida nada convencional ficou conhecida no Brasil todo. Conforme relatado por Anjos (2018) e Abel (2020), o grupo chegou a sofrer repressões, inclusive físicas, no início. Os outros torcedores que não manifestavam verbalmente seu descontentamento, o faziam de forma velada. E os que defendiam a Coligay não necessariamente o faziam por não serem homofóbicos, mas sim porque argumentavam que a torcida não pode brigar entre si: “Este [homofobia] era um

termo que nem existia ainda no Brasil da década de 1970. Eles eram defendidos apenas porque eram gremistas. Tão gremistas quanto quaisquer outros na arquibancada.” (ABEL, 2020, p. 106).

Mesmo com as repressões e dificuldades no início, o fato é que a Coligay conquistou seu lugar cativo no estádio e se tornou um “talismã”: o Grêmio conquistou o Campeonato Gaúcho naquele ano, e também veio a conquistar os estaduais de 1979 e 1980, o Brasileiro de 1981 e a Libertadores e o Mundial de Clubes em 1983.

A Coligay se desfez em 1983, quando Volmar foi embora de Porto Alegre para cuidar da mãe doente. Assim, sem seu fundador, o grupo chegou ao fim, mas marcou história no futebol (ABEL, 2020).

Mas mesmo com o grande exemplo da Coligay, 40 anos depois ainda não surgiu nenhuma torcida LGBT+ com sua força e presença nas arquibancadas. Em 1979, chegou a ter uma outra torcida organizada formada por pessoas LGBT+, a Flagay, do Flamengo. Porém, ela sofreu repressão e hostilidade desde o início (inclusive da diretoria do clube), e os outros torcedores não os viam como “verdadeiros flamenguistas” (ABEL, 2020). Assim, a Flagay logo se desfez, e nunca se estabeleceu como uma torcida organizada.

Nos dias de hoje, torcidas LGBTQIA+ ainda existem, mas de forma virtual. Nos últimos anos, houve um crescimento destes grupos que são definidos como coletivos, já que não são propriamente torcidas organizadas que frequentam os estádios. O primeiro “boom” foi em 2013, quando surgiram nas redes sociais torcidas como “Galo Queer”, do Atlético Mineiro; “Bambi Tricolor”, do São Paulo, e “Palmeiras Livre”, do Palmeiras. Segundo Abel (2020), 2013 foi um ano em que as redes sociais passaram a ser usadas como articuladoras de mobilização política e social.

Porém, o maior “boom” foi nos últimos dois anos. Conforme um levantamento do coletivo O Contra-Ataque²⁵, entre 2019 e 2020 surgiram 18 torcidas LGBTQIA+ na internet, representando torcedores de clubes do norte ao sul do Brasil. Estes coletivos surgem com o principal objetivo de ser um espaço acolhedor e onde torcedores LGBTQIA+ podem se encontrar.

Em 2020, foi criada a Canarinhos LGBTQ+, uma articulação nacional entre grande parte das torcidas LGBTQIA+. Como coletivo, a Canarinhos vem atuando na

25 <https://medium.com/o-contra-ataque/quantas-torcidas-lgbtqia-existem-no-futebol-brasileiro-c06adaac0f59>

conscientização sobre a pauta e na denúncia de homofobia no futebol. Uma de suas últimas ações foi denunciar ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) cânticos homofóbicos da torcida do Flamengo em uma partida contra o Grêmio. No dia 8 de novembro de 2021, o clube carioca foi multado em R\$ 50 mil.²⁶ Desde 2019, o STJD passou a recomendar que a arbitragem pare a partida quando houver cânticos homofóbicos, e registre o ato na súmula.²⁷

A Canarinhos LGBTQ+ também possuiu um Observatório de LGBTFobia no Futebol, que monitora os casos de preconceito e violência contra a população LGBTQIA+ dentro dos estádios. No site do coletivo é possível fazer denúncias, e o objetivo é repassar os casos aos órgãos cabíveis e posteriormente publicar um relatório anual com os números da violência.²⁸

O surgimento das torcidas LGBTQIA+ vem em paralelo a um maior posicionamento do mercado em relação à causa. Nos últimos anos, marcas passaram a focar suas campanhas em causas LGBTQIA+, a ter mais diversidade nas ações de marketing e se posicionar a favor deste público em datas como o Dia do Orgulho Gay e o Dia de Combate à LGBTFobia. E não só as marcas passaram a olhar com atenção a esse público, mas o próprio público passou a cobrar posicionamento destas empresas. Abel (2020) afirma que o futebol, mesmo sendo visto como um esporte masculino e heteronormativo, também está dentro deste movimento. Com o esporte cada vez mais mercantilizado, e os clubes se tornando verdadeiras marcas, também há uma tendência de posicionamento pela causa LGBTQIA+ no futebol.

Mas nem todos os clubes estão no mesmo ritmo no que diz respeito a direcionar sua comunicação à causa LGBTQIA+. Um levantamento feito pelo jornalista João Abel para o coletivo O Contra-Ataque²⁹ mostra que, até 2016, nenhum clube dentre os 20 de maiores torcidas no Brasil havia se posicionado no Dia Internacional de Luta Contra a LGBTFobia (17 de maio) ou no Dia do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho). Em 2017, foram quatro clubes. O número foi crescendo ano a ano até chegar em 2020, quando 18 clubes se posicionaram.

Já em 2021, o monitoramento de posicionamento dos clubes foi feito pelo coletivo

26 <https://tntsports.com.br/futebolbrasileiro/Flamengo-e-multado-em-R-50-mil-por-gritos-homofobicos-da-torcida-no-Maracana-20211108-0029.html>

27 <https://ge.globo.com/futebol/noticia/stjd-recomenda-que-casos-de-homofobia-e-transfobia-nos-estadios-sejam-relatados-nas-sumulas.ghtml>

28 <https://www.torcidaslgbt.com.br/>

29 <https://medium.com/o-contra-ataque/18-dos-20-maiores-times-do-brasil-se-posicionaram-pela-causa-lgbt-por-que-isso-%C3%A9-hist%C3%B3rico-e7125f4f49f0>

Canarinhos LGBTQ+.³⁰ De acordo com o coletivo, dos 20 clubes que disputaram a série A nesse ano, somente Athletico Paranaense e Ceará não postaram nada sobre a causa LGBTQIA+ nas redes sociais. Já entre os clubes da série B, cinco se omitiram.

O posicionamento em redes sociais, porém, não é a única coisa que os clubes fazem – ou deixam de fazer. E aí se apresenta novamente uma discrepância entre os clubes. Alguns times se posicionam além das redes sociais e fazem outras ações em prol da causa LGBTQIA+. Um clube pioneiro nestas questões foi o Bahia, que em 2018 criou o Núcleo de Ações Afirmativas (NAA), responsável por pensar, discutir e realizar ações ligadas às causas sociais, como racismo, LGBTfobia, machismo e desigualdade social.³¹ Entre as ações externas do clube, está a venda da camisa do coletivo de torcedores LGBTricolor, que traz listras verticais nas cores do arco-íris nas e os escudos do Bahia e do coletivo.³²

Após o Bahia, outros clubes passaram a direcionar sua comunicação para a causa LGBTQIA+, seja com ações internas ou externas, como a venda de produtos. Um dos casos mais recentes e de maior visibilidade foi feito pelo Vasco. No dia 27 de junho de 2021, o clube lançou um manifesto contra a homofobia e transfobia no esporte brasileiro e uma camisa do time em homenagem ao movimento LGBTQIA+. A ação ficou marcada porque, no mesmo dia, o time entrou em campo com a camisa e o atacante Germán Cano comemorou um gol levantando uma bandeirinha de escanteio que estava personalizada com as cores do arco-íris, em comemoração ao Dia do Orgulho LGBTQIA+.³³ Alguns dias depois, as camisas usadas pelos jogadores foram leiloadas e o dinheiro foi doado para uma casa de apoio à população LGBTIA+. Embora haja bons exemplos como o Vasco e o Bahia, ainda são muitos os clubes que não fazem ações significativas relacionadas à causa. E esta é uma das lutas do coletivo LGBTQIA+: não apenas buscar um posicionamento em rede social, mas pressionar os clubes a olharem com atenção para uma parcela dos torcedores que ainda não é acolhida nos estádios.

30 <https://www.torcidaslgbt.com.br/monitoramento>

31 <https://onefootball.com/pt-br/noticias/o-pioneirismo-do-nucleo-de-acoes-afirmativas-do-bahia-33280688>

32 <https://ge.globo.com/ba/futebol/times/bahia/noticia/em-acao-pelo-dia-do-orgulho-lgbtqia-bahia-inicia-venda-da-camisa-da-torcida-lgbtricolor.ghtml>

33 https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/8837611/serie-b-cano-marca-ergue-bandeira-lgbtqia-e-vasco-vence-brusque

5 PROCEDIMENTOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA

O produto deste Trabalho de Conclusão de Curso é uma web-reportagem, em narrativa *longform*. Em tradução livre, esta palavra da língua inglesa significa “forma longa”. O estilo *longform* no jornalismo, que faz parte da chamada “grande reportagem multimídia”, se define por apresentar grandes narrativas, com textos de no mínimo 4.000 palavras ou grandes reportagens com entre 10 e 20 mil palavras (LONGHI, 2014), e por explorar recursos multimídia, como hiperlinks, fotografias, áudio, vídeo e infográficos.

Numa definição mais apurada, *longform* diz respeito a: “1) um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção (jornalística) e 2) narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo (FISCHER, 2013 apud LONGHI; WINQUES, 2015, p. 112).

Esta concepção não é exclusiva do ambiente online - o termo *longform* já era utilizado para descrever reportagens longas no meio impresso, televisivo e radiofônico (BACCIN, 2017). Porém, é na web que essa palavra se torna um estilo consolidado na narrativa, muito por conta da disseminação dos dispositivos móveis, que permite uma facilidade de leitura maior que os computadores (LONGHI; WINQUES, 2015; BACCIN, 2017)

Antes de se aprofundar nas características do *longform*, será trazido um breve histórico de como este formato apareceu no webjornalismo.

O jornalismo começou a aparecer no ambiente digital em meados da década de 1990, mas ainda sem explorar recursos multimídia. A partir disso, Longhi (2014) traça um histórico da evolução dos formatos noticiosos hipermidiáticos, que a autora define como

[...] produtos informativos produzidos e distribuídos nos meios digitais de comunicação e informação, que contêm as características de multimedialidade, interatividade, conexão e convergência de linguagens próprias da linguagem hipermídia e do ambiente digital e online de informação” (LONGHI, p. 901).

A autora divide esta evolução em quatro fases:

Fase zero - entre 1995 e 1998: neste momento, os recursos multimídias eram pouco ou nada utilizados, embora alguns jornais utilizassem links e imagens estáticas nas reportagens;

Fase 1 - entre 1999 e 2001: nesta fase, surge o slideshow, posto por Longhi como o “primeiro formato considerado ‘multimídia’ no jornalismo online”. Exemplos de veículos que usaram este formato, segundo a autora, foram a *Associated Press* e o *New York Times*, que produziu um slideshow para noticiar o 11 de setembro³⁴, em 2001. Nesta fase, também foram vistos outros produtos multimídia que utilizam a linguagem HTML na exploração mais efetiva dos links e utilizando os elementos multimídia de forma integrada, como por exemplo o jornal espanhol *El Mundo*, com o especial *25 años sin Franco (2001)*³⁵. Este especial ainda utilizou o reprodutor de multimídia *Flash* para a elaboração de gráficos.

Fase 2 - entre 2002 e 2009: Longhi, citando Ramos (2009), considera 2002 como o ano em que o *Flash* começou a ser mais recorrente nas produções multimídia. Conforme a autora, “O Flash marcou um momento do desenvolvimento dos produtos noticiosos hipermediáticos: era possível reunir, em uma mesma janela, texto, imagens estáticas e em movimento e áudio, de forma integrada”. (LONGHI, 2014, p.909).

O produto que marcou o começo da utilização do *Flash* foi o especial *Piqueteros, la cara oculta de un fenómeno (2002)*, do jornal argentino Clarín.com. A partir de 2005, aparecem as primeiras *picture stories*, como a reportagem *The War after the War*, do MSNBC.com. Entre 2005 e 2009, “os especiais multimídia, as infografias online e as *picture stories* começam a consolidar-se no cenário da produção da notícia em multimídia” (LONGHI, 2014, p. 909).

Fase 3 - a partir de 2011 até atualmente: Na fase 3, definida por Longhi, começa o estabelecimento do uso do HTML5 e do texto mais longo pelo jornalismo, marcando assim o início da grande reportagem multimídia. Esta é “definida por técnicas como o parallax scrolling, ambientes e ferramentas como HTML5, CSS, narrativas imersivas e texto *longform*, dentre outras características inovadoras de design e navegação” (LONGHI, 2014, p. 908).

34 http://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/slideshow/2001/09/11/nyregion/11people.slideshow_1.html

35 https://www.elmundo.es/nacional/XXV_aniversario/1978-1980/tres.html

São exemplos as produções *Snow Fall* (2012)³⁶, do *NYTimes.com* (considerada o marco inicial do jornalismo *longform*; *NSA Files Decoded* (2013)³⁷, do *The Guardian*; e *A Batalha de Belo Monte* (2013), da *Folha de S. Paulo*.

Com as grandes reportagens multimídia, há um amadurecimento da linguagem ciberjornalística (LONGHI, 2015). E o texto *longform* é considerado uma tendência neste tipo de reportagem, indo contra a uma antiga regra de que no ambiente online o jornalismo deveria optar por textos curtos e objetivos. *Snow Fall* (2012), já referenciada aqui como o marco do jornalismo *longform*, teve em seis dias de publicação 2,9 milhões de visitas e 3,5 milhões de visualizações de página.³⁸

A profundidade, então, é uma das características do *longform* junto com a apuração e a contextualização, propiciando uma narrativa mais imersiva ao leitor na medida em que se alia com recursos multimídia: “textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 113).

A linguagem HTML5 é um recurso importante nas reportagens *longform*, já que permite formas inovadoras relativas a design, navegação e imersão do usuário (LONGHI, 2014). Uma delas é a leitura por *scrolling*, a barra lateral da página, que resulta em uma leitura verticalizada. Além disso, o HTML5 possibilita uma padronização, que permite que o conteúdo possa ser visto em diferentes suportes e tecnologias.

Outra ferramenta técnica das reportagens *longform* é o *design responsivo*, que, conforme Baccin (2017), permite que um site possa ser visto de diversas formas e em diversos contextos: “O design responsivo responde ao tamanho da tela para se adequar da melhor forma. Ao invés de criar dois sites separados, um para mobile e um para desktops, apenas um site se adapta a qualquer tela em que ele for carregado” (BACCIN, 2017, p. 97).

A web-reportagem apresentada neste Trabalho de Conclusão de Curso sobre a homofobia no futebol e a resistência dos coletivos LGBTQIA+ foi construída no estilo *longform*, utilizando-se de grandes narrativas focadas em personagens e aprofundadas na questão cultural e social do tema. A opção pelo *longform* se dá

36 <https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html#/?part=tunnel-creek>

37 <https://www.theguardian.com/world/interactive/2013/nov/01/snowden-nsa-files-surveillance-revelations-decoded>

38 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/ed746-o-projeto-snow-fall-e-a-o-futuro-do-jornalismo/>

pela possibilidade de abordar diversos aspectos do mesmo assunto em uma mesma reportagem, e ainda permite que os recursos multimídia sejam explorados, o que se torna mais atrativo ao leitor.

5.2 DESCRIÇÃO DA LONGFORM REALIZADA

A reportagem longform se chama “Vai mudar!”, por conta do significado desse termo no meio do futebol. Quando um repórter de campo vai anunciar uma substituição no time, ele fala “vai mudar”. Portanto, esse nome foi escolhido para a reportagem para indicar que está havendo uma substituição: o futebol está deixando de ser um local que reproduz homofobia, e os coletivos LGBTQIA+ entram em cena para conquistar este espaço.

“Vai mudar!” está hospedada na plataforma Wix, que permite a criação de sites. A reportagem tem como capa a ilustração de um campo de futebol com as cores da bandeira LGBTQIA+. A longform está dividida em oito partes/pautas. Na primeira parte, que começa logo após o título, é feito um “abre” para explicar o tema da reportagem e em seguida começa com a história de dois personagens, que são fundadores de coletivos LGBTQIA+. Na parte 2, “uma breve linha do tempo”, é apresentado o contexto histórico e social em que essas torcidas LGBTQIA+ surgem. A parte 3, “A Canarinhos LGBTQ+”, apresenta este coletivo, que é uma articulação das outras torcidas LGBTQIA+. Além de falar sobre a ação da Canarinhos, essa pauta também abarca a importância dos coletivos como espaço de socialização. A quarta parte, “O posicionamento dos clubes”, é uma das pautas mais longas da reportagem. A pauta mostra o que os clubes estão fazendo para a comunidade LGBTQIA+, e as diferenças entre os times nessas ações. Essa parte da reportagem também apresenta o contexto que estamos vivendo atualmente, de posicionamento e cobrança das marcas, e busca explicar o porquê de alguns clubes não abraçarem a causa.

As pautas “A homofobia estrutural no futebol” e “Os gritos homofóbicos nas arquibancadas”, que correspondem respectivamente à quinta e a sexta parte da reportagem, buscam explicar por que o futebol é um meio homofóbico. Nessas pautas, as fontes são jornalistas e pesquisadores que falam sobre o contexto social e histórico que englobam essa questão.

A sétima parte, “Um princípio de mudança”, fala sobre como o futebol está mudando em relação aos cânticos homofóbicos das arquibancadas, já que hoje eles são, na teoria, proibidos. A pauta tem como uma das fontes uma comentarista de arbitragem, e mostra como a regra é aplicada na prática.

Por fim, a parte 8, “Homofobia em campo”, mostra como a homofobia atinge muito os jogadores de futebol. Nessa pauta, é apresentada uma reflexão do porquê temos poucos jogadores assumidos LGBTQIA+ e porque esse assunto é considerado tabu. Essa parte fecha com o depoimento de um árbitro brasileiro que é homossexual, mas não se assume por medo de prejudicar a sua carreira.

As fontes da reportagem se dividem entre fundadores e membros de coletivos LGBTQIA+, jornalistas e pesquisadores. O quadro abaixo mostra as fontes que estão na longform e o assunto que elas falaram sobre.

| Fonte | Assunto |
|--|---|
| Onã Rudá - fundador LGBTricolor e Canarinhos LGBTQ+ | Personagem; atuação dos coletivos e dos clubes |
| João Abel - jornalista e autor do livro Bicha! | Homofobia no futebol e atuação dos coletivos e dos clubes |
| Gabriela Ribeiro - jornalista do grupo Globo | Contexto da homofobia que atinge os jogadores de futebol |
| Higor Juan - fundador da Furacão LGBTQ | Personagem; atuação dos coletivos e clubes |
| Gustavo Bandeira - professor UFRGS e pesquisador de futebol e educação | Homofobia no futebol e cânticos homofóbicos |
| Elyson Gums - jornalista e pesquisador de futebol e gênero | Homofobia no futebol e cânticos homofóbicos |
| Caroline Almeida - pesquisadora na área de gênero e futebol | Contexto sobre futebol e gênero |
| Thais Rodrigues - pesquisadora na área de gênero e futebol | Atuação e importância dos coletivos |
| Yuri Senna - fundador da Marias de Minas | Personagem; atuação dos coletivos e clubes |
| Peterson Pereira - membro do Coxa LGBTQ+ | Atuação dos coletivos e clubes |
| Beatriz França - membro da Vasco LGBTQIA+ | Personagem; atuação dos coletivos e clubes |
| José Edgar de Matos - jornalista do grupo Globo | Contexto da homofobia que atinge os jogadores de futebol |
| Renata Ruel - ex-árbitra assistente e comentarista de arbitragem na ESPN | Papel da arbitragem na diminuição dos cânticos homofóbicos |
| Rogério (nome fictício) - árbitro | Personagem; fala sobre ser um homem homossexual não assumido na profissão |

Por causa da pandemia de Covid-19, a longform não pode contar com fotos e vídeos próprios. Assim, os materiais que constam na reportagem são principalmente

de arquivo pessoal, enviado pelas fontes. Também há posts de redes sociais e vídeos para ilustrar a longform.

A reportagem não conta com recursos multimídia além de fotos e vídeos, como infográficos e outros recursos digitais. Isso aconteceu por dois fatores: falta de dados na pauta, que poderiam ser usados como gráficos; e por falta de conhecimento no desenvolvimento dos sites.

As imagens a seguir mostram a capa da longform e alguns recursos multimídia utilizados. A reportagem está disponível em: <https://luanalopesoares.wixsite.com/vai-mudar>.



Vai mudar!

Substituição: sai o preconceito e entra a resistência. Coletivos e torcidas LBTQIA+ se espalham pelo Brasil em busca de conquistar seu espaço nas arquibancadas e combater a homofobia no futebol



Logo da Furacão LGBTQ. Foto: reprodução



Higor e membros da Furacão LGBTQ na Arena da Baixada. Foto: arquivo pessoal

Um post nas redes sociais, porém, virou quase uma regra. Agora, os coletivos começam a perceber as ações efetivas que os clubes vêm fazendo e como essas ações realmente impactam na luta LGBTQIA+.

O Esporte Clube Bahia é pioneiro nessa questão. Em janeiro de 2018, quando ainda não se falava tanto sobre a homofobia no futebol, o clube criou o Núcleo de Ações Afirmativas (NAA). Esse núcleo surgiu com a proposta de trazer diferentes agentes da sociedade, como professores, publicitários e pesquisadores para pensar nas ações sociais que o clube poderia debater dentro do ambiente do futebol. O Bahia passou a não apenas se posicionar em datas específicas, mas a ter ações externas e internas em prol de pautas sociais, como machismo, racismo e LGBTfobia, com o objetivo principal de promover uma conscientização no mundo do futebol.



Os gritos homofóbicos nas arquibancadas

O goleiro vai cobrar o tiro de meta e a torcida adversária grita "BICHA". Árbitros são "viados". O jogador do seu time que não "dá o sangue" é "mulherzinha" e "florzinha". Se você já foi em um estádio de futebol, com certeza já ouviu alguns desses gritos.

É um ambiente de rivalidade, e os xingamentos são parte de uma tentativa de inferiorizar seu rival em relação a você. E mesmo que esses xingamentos acabem despontando, muitas vezes, em machismo e homofobia, isso tudo é naturalizado nas arquibancadas, porque "faz parte do futebol". Para José Edgar de Matos, jornalista esportivo do grupo Globo, há um consenso na torcida de que no estádio "pode tudo": "muitas pessoas acham que o estádio é um lugar para extravasar tudo de ruim. Muita gente que não tem comportamento homofóbico, tem no estádio porque acha que o futebol é muleta para isso".



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reportagem longform sobre a resistência dos coletivos LGBTQIA+ no futebol resultou em um material diverso, com várias pautas. Foi possível abranger não apenas a atuação dos coletivos e torcidas, mas também falar sobre a homofobia no futebol em geral, destacar as ações que os clubes e o STJD fazem ou não fazem pela causa LGBTQIA+ e apresentar personagens que trazem falas muito importantes sobre o tema.

Como aprendizado pessoal, a construção de uma reportagem longform possibilitou o aprofundamento no jornalismo online. As diversas entrevistas e a construção da matéria contribuíram no aprendizado como jornalista, já que fazem parte do dia a dia da profissão.

Além disso, a maioria dos entrevistados se mostrou muito disposta a ajudar. Assim, foi possível mapear mais fontes por meio de indicações, e construir uma agenda de contatos que pode ser utilizada no futuro.

Em relação ao documento monográfico, também foi um aprendizado pessoal fazer as pesquisas para construir a parte teórica que embasa o tema. Ler sobre o assunto possibilitou o exercício da escrita acadêmica, e auxiliou na definição das pautas da reportagem.

Infelizmente, a pandemia trouxe muitas limitações para a realização da reportagem longform. Inicialmente, a ideia era ir aos estádios para fazer fotos e gravações. Mas, sem público nos estádios, não foi possível.

Outra limitação, não necessariamente ligada à pandemia, foi que as entrevistas precisaram ser feitas de forma online, já que foram entrevistadas pessoas de todo o Brasil. Havia uma intenção de gravar as chamadas de vídeo para utilizar como recursos multimídia na longform, mas a maioria das gravações não ficaram com uma qualidade boa.

Em relação ao tema, falar sobre a resistência do público LGBTQIA+, que enfrenta tantas dificuldades e preconceito no dia a dia, foi uma realização pessoal e trouxe muito aprendizado a cada entrevista feita. E por isso estar inserido no contexto do futebol, que é um espaço que envolve tantos sentimentos e que é, ou que deveria ser, um espaço plural, a satisfação de contar histórias das pessoas que fazem parte da resistência se torna ainda maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, João. **Bicha: homofobia estrutural no futebol**. / João Abel. – 2. ed. - Natal, RN: Editora Primeiro Lugar, 2020.

ANJOS, Luiza Aguiar do. **De “são bichas, mas são nossas” à “diversidade da alegria”**: uma história da torcida Coligay. 388 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, UFRGS, Porto Alegre. 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184514>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BACCIN, Alciane. **A narrativa longform em reportagens hipermídia**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 14, p. 14, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. **Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2010, vol.15, n.44, pp.342-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sGpjrnpJmRTqBnT4NjVJtdF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. **Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo**. Espaço Plural. Toledo, v.14, n.29, p. 246 – 270, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944242012.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BELLOS, Alex. **Futebol – o Brasil em campo**. 2ª ed. Revista e ampliada. Tradução: Jorge Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito** / Daniel Borrillo; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BULGARELLI, Lucas. **Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 487-500.

CONNELL, R. W. **Políticas da masculinidade**. In: Educação & Realidade. Gênero e Educação. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p. 185-206. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W.; (trad. FERNANDES, Felipe Bruno Martins). **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos feministas, p. 241- 282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DAMO, Arlei Sander. **As dramatizações do gênero numa configuração futebolística**. Anais... VII Seminário Fazendo Gênero, Porto Alegre, UFRGS, 2006. p. 1-7. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/> Acesso em: 01 nov. 2021

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, 22 set. 2003.

FACCHINI, Regina. **Histórico da Luta de LGBT no Brasil**. In Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.). Psicologia e Diversidade Sexual, Cadernos Temáticos de Psicologia nº11. São Paulo: CRPSP, 2011. p.10-19. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

FERNANDES, Marisa. **Ações Lésbicas**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FRANZINI, Fábio. **Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nTrFPPWwPkMTKPMmBmtRwCc/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GUMS, Elyson Richard. **Produção de sentido de fãs de futebol sobre masculinidades na fanpage Cenas Lamentáveis**./ Elyson Richard Gums. – Curitiba, 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte no brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história**. Pensar a Prática, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 85–100, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/pef/article/view/106>. Acesso em: 02 nov.

2021.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, p.1-18, 1998. Disponível em: https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidade: Uma revisão teórica**. Antropologia em Primeira Mão, v.75, p.1-37, 2004. Disponível em: <https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país** / Marcos Guterman. – São Paulo: Contexto, 2009.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX** / James N. Green; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. **O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo**. In: Compós, XXIV, 2015, Brasília. Anais... p. 1-19. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LONGHI, Raquel Ritter. **O turning point da grande reportagem multimídia**. Artigo apresentado no 12º Encontro da SBPJor – Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/18660>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LONGHI, Raquel Ritter. **A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo**. 6o Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, Campo Grande (MS), 1 a 3 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor6/files/2015/03/LONGHICIBERJOR.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MACRAE, Edward. **Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO,

Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MOTT, Luiz. **O Imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia**. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 211-226.

RODRIGUES, Nelson, 1912-1980. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol** / Nelson Rodrigues; seleção e notas Ruy Castro. — São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Ed. revista e ampliada. 4.^a ed - Rio de Janeiro: Objetiva; 1^a edição, 2018.